

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Administração da
Moebius Tecnologia em Informática S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Moebius Tecnologia em Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Moebius Tecnologia em Informática S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de agosto de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 - S - RJ

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)		Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.533	10.831	Obrigações tributárias e sociais	12	2.333	4.492
Contas a receber de clientes	8	4.988	11.500	Demais passivos		1.893	48
Demais ativos	9	3.231	-			4.226	4.540
		14.752	22.331				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Partes relacionadas	10	5.918	52.428	Capital social	14.1	150.000	150.000
Imobilizado	11	49.490	79.781	Prejuízos acumulados		(84.066)	-
		55.408	132.209			65.934	150.000
Total do ativo		70.160	154.540	Total do passivo e patrimônio líquido		70.160	154.540

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Receita operacional líquida	15	71.709	194.066
Custos dos serviços prestados	16	(83.883)	(83.754)
Resultado bruto		(12.174)	110.312
Despesas/(receitas) operacionais		(64.126)	(35.494)
Despesas gerais e administrativas	16	(64.311)	(45.020)
Outras receitas/despesas	16	185	9.526
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		(76.300)	74.818
Resultado financeiro		(1.708)	(5.374)
Receitas financeiras	17	199	2.304
Despesas financeiras	17	(1.907)	(7.678)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(78.008)	69.444
Imposto de renda e contribuição social	18	(6.058)	(16.869)
Resultado do exercício		(84.066)	52.575
Lucro líquido (prejuízo) por ação (R\$)		(0,5604)	0,3505

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Resultado do exercício	<u>(84.066)</u>	<u>52.575</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(84.066)</u></u>	<u><u>52.575</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	150.000	15.307	165.307
Resultado do exercício	-	52.575	52.575
Distribuição de lucros	-	(67.882)	(67.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	150.000	-	150.000
Resultado do exercício	-	(84.066)	(84.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000	(84.066)	65.934

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

MOEBIUS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(84.066)	52.575
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	30.290	50.017
Provisão para perda esperada de crédito	11.000	-
Redução/(aumento líquido) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(4.488)	(3.406)
Demais ativos	(3.231)	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas	-	(619)
Obrigações tributárias	(796)	14.176
Demais passivos	1.845	47
IRPJ e CSLL pagos	(49.446)	112.790
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.362)	(17.932)
	(50.808)	94.858
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Empréstimos a partes relacionadas	46.510	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	46.510	-
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento:		
Transações com terceiros:		
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(18.753)
Transações com acionistas:		
Distribuição de lucros	-	(67.882)
Antecipação de lucros	-	(5.918)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades de financiamentos	-	(92.553)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.298)	2.305
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.831	8.526
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.533	10.831
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.298)	2.305

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Moebius Tecnologia em Informática S.A. (“Companhia” ou “Moebius”) foi constituída em 03 de novembro de 2000, com sede na Rua José Eugenio, 19 - São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ.

A Companhia é controlada pela Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda., parte do Grupo Ufinet. Em 9 de junho de 2021, Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda. adquiriu o controle da Moebius Tecnologia em Informática S.A (70% do capital social) por aproximadamente R\$ 4 milhões (sujeito a ajustes de correção do preço de compra pós-fechamento). A Companhia tem por objeto social a consultoria em tecnologia da informação, a prestação de serviços de comunicação multimídia - SCM, provedor de acesso às redes de comunicações, o acesso a programas de internet, provedor de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, tendo sua área de atendimento no estado do Rio de Janeiro. Até a emissão destas demonstrações contábeis a avaliação referente a alocação do preço de compra não estava concluída.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a apresentação das presentes demonstrações contábeis em 11 de agosto de 2022.

3. Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis

3.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão aderentes as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo de aquisição ou formação e avaliados pelo valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Impairment e vida útil do imobilizado;
- Reconhecimento de receitas - conforme CPC 47;
- Provisão para contingências;
- Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - CPC 48.

No entendimento da administração da Companhia, o assunto acima não apresenta risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.3. Moeda funcional

São mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real ("moeda funcional"). Também é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.2. Instrumentos financeiros

a) Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia possui investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria:

Ativo	Descrição
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação dos serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

4.4. Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

O CPC 48 baseia-se em um impairment, ou seja, nas perdas esperadas (não nas incorridas), calculadas por meio do uso de possíveis perdas de crédito e da probabilidade da inadimplência. A Companhia registra a PECLD quando há evidência objetiva que não receberá todos os montantes existentes de acordo com os prazos originais das contas a receber. A estimativa de é reconhecida na Demonstração do Resultado quando aplicável.

4.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

4.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, vide as taxas utilizadas na nota explicativa nº 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

4.10. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Companhia optou pela apuração do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo dos impostos e contribuição determinados pelo regime de competência.

4.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

- Receitas: vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma IFRS 15 / CPC 47 substituiu todos os requisitos anteriores de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS / CPC's. A nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15 / CPC 47 a receita deverá ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espere ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018, data efetiva da adoção inicial. A Companhia realizou uma análise da IFRS 15 e identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente;
- Receitas financeiras: a receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

5.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.533	6.533	10.831	10.831
Contas a receber	Custo amortizado	4.988	4.988	11.500	11.500
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.918	5.918	52.428	52.428

5.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado:

- a) Aplicações financeiras: OS valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato;

- b) Empréstimos e financiamentos: os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pré-fixadas;
- c) Contas a receber e fornecedores: estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. As Companhias não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

5.4. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros, risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia avalia a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

- Risco cambial: o risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar;

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha aplicações de curto prazo de R\$ 6.533 que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

5.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras	<u>6.533</u>	<u>10.831</u>
	<u>6.533</u>	<u>10.831</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação 100% do CDI e o vencimento, na data do balanço, é igual ou superior a 90 dias. Possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Contas a receber

8.1. Composição

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	14.988	-
Contas a receber não faturado	1.000	11.500
Provisão para perda esperada de crédito	(11.000)	-
	<u>4.988</u>	<u>11.500</u>

8.2. Composição por idade de vencimento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vencidos		
Até 30 dias	431	-
De 31 a 90 dias	4.557	11.500
De 91 a 180 dias	-	-
Acima de 181 dias	11.000	-
Provisão para perda esperada de crédito (a)	(11.000)	-
	<u>4.988</u>	<u>11.500</u>

(a) A Companhia registra a provisão para perda estimada de créditos para os clientes vencidos acima de 181 dias e após análise individualizada dos clientes.

9. Demais ativos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento a fornecedores	1.273	-
Adiantamento a funcionários	1.958	-
	<u>3.231</u>	<u>-</u>

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. A seguir as operações com partes relacionadas:

	Operação	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo não circulante			
Net Botanic Internet	Mútuo a receber	-	46.510
Acionistas	Antecipação de dividendos	5.918	5.918
		<u>5.918</u>	<u>52.428</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

10.1. Remuneração da Administração

O pessoal chave da administração inclui a diretoria. O valor agregado das remunerações aprovadas para esses administradores por serviços nas respectivas áreas de competência em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Remuneração fixa	19.800	25.068
Participação nos resultados	-	73.800
	<u>19.800</u>	<u>98.868</u>

O diretor presidente, o diretor de administração e controle, e os diretores executivos são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve concessão aos funcionários da Companhia, benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em participações societárias.

11. Imobilizado

11.1. Composição

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	15.146	(14.086)	1.060	1.446
Máquinas e equipamentos	281.372	(232.942)	48.430	74.630
Veículos	41.000	(41.000)	-	-
Computadores e periféricos	254.186	(254.186)	-	-
Equipamentos de comunicação	111.130	(111.130)	-	3.705
	<u>702.834</u>	<u>(653.344)</u>	<u>49.490</u>	<u>79.781</u>

11.2. Taxas ponderadas anuais de depreciação

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Taxas ponderadas anuais de depreciação (%)	
	31/12/2021	31/12/2020
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	20	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Equipamentos de Comunicação	20	20
Computadores e periféricos	20	20

11.3. Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2020	Depreciação	31/12/2021
Móveis e utensílios	1.446	(386)	1.060
Máquinas e equipamentos	74.630	(26.200)	48.430
Equipamentos de comunicação	3.705	(3.705)	-
	<u>79.781</u>	<u>(30.291)</u>	<u>49.490</u>

	31/12/2019	Depreciação	31/12/2020
Móveis e utensílios	2.345	(899)	1.446
Máquinas e equipamentos	101.146	(26.516)	74.630
Computadores e periféricos	5	(5)	-
Equipamentos de comunicação	26.302	(22.597)	3.705
	<u>129.798</u>	<u>(50.017)</u>	<u>79.781</u>

12. Obrigações tributárias e sociais e créditos tributários

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.488	2.849
INSS e FGTS a recolher	-	648
PIS e COFINS a recolher	283	420
ISS a recolher	330	575
Outros impostos	232	-
	<u>2.333</u>	<u>4.492</u>

13. Provisão para contingência

A Companhia não possui qualquer processo, administrativo ou judicial, em qualquer área do direito, ou seja, tributária, cível, penal e trabalhista.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2021, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social da Companhia era R\$ 150.000, abaixo a composição acionária:

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Edgard Sanchez Leal	22.500	15	75.000	50
Pedro Augusto Oliveira Alves	22.500	15	75.000	50
Ufinet Telecomunicações Ltda.	105.000	70	-	-
	<u>150.000</u>	<u>100</u>	<u>150.000</u>	<u>100</u>

Em 2020 o quadro acionário era composto pelos sócios Pedro Augusto Oliveira Alves e Edgard Sanchez Leal.

Em 08 de junho os sócios celebraram contrato de venda de ações representativas de 70% do capital da sociedade para a Ufinet Brasil Telecomunicações Ltda, sendo 35% de cada um dos sócios.

Em julho de 2021 os sócios aprovaram a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, transformando as quotas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

14.2. Distribuição de lucros

Em 21 de junho de 2021 os sócios aprovaram e autorizaram a distribuição de lucros apurados pela Moebius no exercício de 2020, e pagos aos sócios no exercício corrente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Receita Líquida

A seguir a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita com serviços prestados	78.507	212.443
Tributos (PIS, COFINS, ISS)	(6.798)	(18.377)
	<u>71.709</u>	<u>194.066</u>

16. Despesas por natureza

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Comunicação	(17.038)	(15.156)
Depreciação e amortização	(30.290)	(50.017)
Despesa com pessoal	(25.132)	(33.737)
Impostos e taxas	(1.708)	(90)
Informática	(8.400)	-
Publicidade e propaganda	(15.539)	-
Serviços profissionais	(37.912)	(29.774)
Outras receitas (despesas)	(11.990)	9.526
	<u>(148.009)</u>	<u>(119.248)</u>
Classificação por função:		
Custos dos serviços prestados	(83.883)	(83.754)
Despesas gerais e administrativas	(64.311)	(45.020)
Outras receitas (despesas), líquidas	185	9.526
	<u>(148.009)</u>	<u>(119.248)</u>

17. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	58	-
Rendimentos de aplicações financeiras	141	2.304
	<u>199</u>	<u>2.304</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(35)	(2.482)
Despesas bancárias	(1.853)	(3.510)
Despesas com cartão de crédito	-	(1.550)
Outras despesas financeiras	(19)	(136)
	<u>(1.907)</u>	<u>(7.678)</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.708)</u>	<u>(5.374)</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social - Regime fiscal do lucro presumido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Apuração do lucro presumido:		
Serviços prestados	78.692	212.443
(=) Base de Presunção	<u>78.692</u>	<u>212.443</u>
Presunção lucro para IRPJ (32%)	25.181	67.982
Outras receitas	58	2.304
Base tributável	<u>25.239</u>	<u>70.285</u>
IRPJ apurado (15%)	3.786	10.543
Adicional do IRPJ (10%)	-	-
Total IRPJ apurado	<u>3.786</u>	<u>10.543</u>
Presunção lucro para CSLL (32%)	25.181	67.982
Outras Receitas	58	2.304
Base tributável	<u>25.239</u>	<u>70.285</u>
CSLL apurada (9%)	2.272	6.326
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	<u><u>6.058</u></u>	<u><u>16.869</u></u>

19. Seguros

A Companhia não possui nenhuma apólice de seguro vigente.

20. COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde classificou o surto da cepa de coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Apesar da incerteza do recente surto e seus efeitos, bem como das medidas relacionadas tomadas pelas autoridades governamentais, o acesso a serviços básicos, incluindo telecomunicações, não foi limitado, o que causou a curto prazo aumento da banda larga, principalmente no setor residencial. A companhia não teve impactos negativos, sejam nos resultados econômicos ou financeiros. Isto se deve ao fato de que o nosso negócio, seguiu a trajetória normal.